

CONCENTRAÇÃO DE RENDA NA REGIÃO SUL E ESTADO DO PARANÁ: a contribuição das aposentadorias e pensões

Juliana Carolina Frigo Baptistella¹
Solange de Cássia Inforzato de Souza²
Carlos Roberto Ferreira³

Resumo

Este trabalho investiga a participação percentual dos rendimentos na composição da renda domiciliar per capita, com ênfase nas aposentadorias e pensões, e busca identificar os rendimentos que estão contribuindo para aumentar a desigualdade na distribuição de renda da Região Sul (1981-2002) e em seus estados entre 1992 e 2003. Para isso, utiliza as informações derivadas da técnica de decomposição do índice de Gini realizada por Ferreira e Souza (2005a) (2005b) (2006), a partir das PNAD's – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, de 1981-2003. Verifica-se como tendência a contínua elevação da importância do componente “aposentadorias e pensões”, em detrimento do “trabalho principal”, na formação da renda domiciliar per capita e nota-se expressivo aumento da colaboração das aposentadorias e pensões para a elevação da disparidade na distribuição de renda na Região Sul e no Estado do Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, essa colaboração foi menos expressiva e, no Paraná esse componente não colaborou para a concentração de renda.

Palavras-chave: Concentração de renda; aposentadorias e pensões; trabalho.

¹ Graduanda do curso de Economia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e bolsista da Fundação Araucária/Inclusão Social (UEL). E-mail: jubaptistella@gmail.com

² Professora do departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: soinform@uel.br

³ Professor do departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: robert@uel.br

CONCENTRATION OF INCOME IN THE SOUTHERN REGION AND STATE OF THE PARANÁ: the contribution of the retirements and pensions

Abstract

This work investigates the percentile participation of the incomes in the composition of the per capita household income, with emphasis in the retirements and pensions, and searches to identify the incomes that are contributing to increase the inequality in the distribution of income of the South Region (1981-2002) and in its states between 1992 and 2003. For this, it uses the information derived from the decomposition technique of the index of Gini carried through for Ferreira and Souza (2005a) (2005b) (2006), from PNAD's – Brazilian National Household Survey - 1981-2003. It is verified as trend, the continuous rise of the importance of the component "retirements and pensions", in detriment of the "main work", in the formation of the per capita household income and notices significant increase of the contribution of the retirements and pensions for the rise of the disparity in the distribution of income in the South Region and the State of the Rio Grande do Sul. In Santa Catarina, this contribution was less significant and, in the Paraná this component did not collaborate for the income concentration.

Introdução

O Brasil sempre teve como característica marcante a desigualdade, principalmente a desigualdade de renda e de desenvolvimento humano. De acordo com o PNUD (2005) o país encontra-se entre os que apresentam maior concentração de renda do mundo, ocupando o oitavo lugar, sendo melhor apenas que Guatemala, Suazilândia, República Centro-Africana, Serra Leoa, Botsuana, Lesoto e Namíbia.

Segundo Barros et al (2001), o Brasil tem um histórico extremamente injusto, que sujeitou parte significativa de sua população à precária situação sócio-econômica. A grande disparidade entre as regiões brasileiras e um sistema previdenciário

marcado por desigualdade são alguns dos fatores que evidenciam a má distribuição dos recursos.

A literatura econômica aponta que a Região Sul do Brasil é a que apresenta os menores graus de desigualdades, uma vez que seus estados têm as mais baixas disparidades regionais e a diferenciação de renda entre eles é a menos expressiva. Todavia, o Paraná é o estado que possui a maior concentração de renda dessa região, sendo que, em 2003, o 1% mais rico da população detinha 14% da renda, enquanto no Rio Grande do Sul essa parcela foi de 11,8% e em Santa Catarina de 9,7% (IBGE, 2005b).

Diante disso, este trabalho tem por objetivo investigar a participação dos rendimentos na composição da renda domiciliar *per capita*, com ênfase nas aposentadorias e pensões, e medir a contribuição desses componentes para a desigualdade da distribuição de renda na Região Sul do Brasil (1981-2002) e Paraná entre 1992 e 2003.

O trabalho está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. A Seção 2 retrata brevemente a evolução das desigualdades brasileiras. Na Seção 3 é descrita a base de dados e metodologia da investigação. Na Seção 4 estuda-se a composição do rendimento domiciliar *per capita* no Brasil, Região Sul e seus estados, e através da decomposição do índice de Gini, analisa-se a contribuição de cada um dos seus componentes no aumento da desigualdade de renda dessas áreas, especialmente do rendimento “aposentadorias e pensões”. Na Seção 5 são apresentadas as conclusões.

A evolução das desigualdades no Brasil, região sul e Paraná

Cacciamali (2002, p.414) aponta como ponto de partida da elevada concentração de renda e riqueza, “o passado colonial e escravocrata [...]” do Brasil. Segundo ela, esse fato contribuiu para a formação de “[...] uma estrutura de poder político concentrado, autoritário e paternalista [...]” que juntamente com a forte concentração de capital humano e a insuficiência de gastos sociais, impediu que os estratos mais pobres da população aumentassem sua fração de renda, resultando em uma extraordinária desigualdade no país.

Desigualdade extrema que se mantém inerte, resistindo às mudanças estruturais e conjunturais das últimas décadas. Desigualdade que atravessou impassível o regime militar, governos democraticamente eleitos e incontáveis laboratórios de política econômica, além de diversas crises políticas, econômicas e internacionais (BARROS et al, 2001, p.23).

De acordo com Rocha (2000, p.3) “[...] o produto nacional [brasileiro] é suficientemente elevado para garantir o mínimo[...] considerado indispensável a cada um de seus cidadãos [...]”, porém a pobreza persiste. Isso ocorre pelo fato do país ser dividido em “uma grande massa relativamente homogênea de pobres e uma pequena, porém muito rica, elite” (MEDEIROS, 2003, p.18).

Essa afirmação é confirmada pela Síntese de Indicadores Sociais 2002, lançada pelo IBGE, que apresenta o seguinte resultado sobre a distribuição de renda entre a população brasileira:

Os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais que os 40% mais pobres. O 1% mais rico acumula quase o mesmo volume de rendimentos dos 50% mais pobres.[...] Metade da população ocupada do Brasil tem rendimento (médio mensal de todos os trabalhos) de ½ a 2 salários mínimos (IBGE, 2003, p.6).

Na Tabela 1 é apresentada a evolução da proporção de renda apropriada pela população economicamente ativa no Brasil, no período de 1960 a 2001.

Tabela 1 – Distribuição do rendimento da população economicamente ativa – Brasil – 1960-2001.

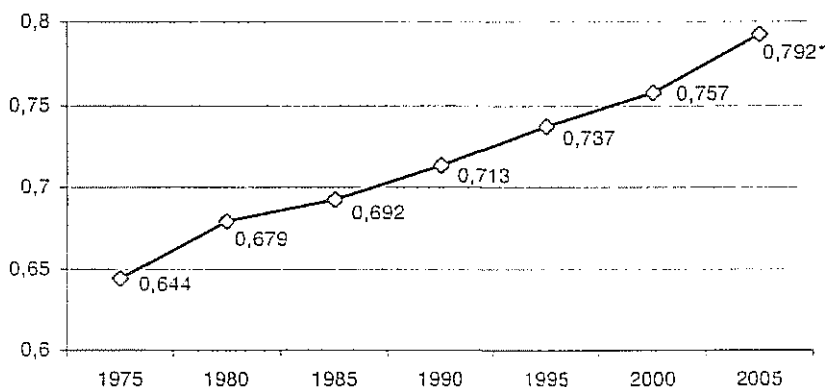
Percentis	1960	1970	1980	1990	2001
10% mais pobres	1,9	1,2	1,2	0,8	1,0
30% mais pobres	5,9	6,2	6,2	4,6	6,5
50% mais pobres	17,4	15,1	14,1	11,2	14,4
30% mais ricos	66,1	71,7	73,2	76,4	72,6
10% mais ricos	39,6	46,5	47,9	49,7	46,9
1% mais ricos	12,11	14,51	13,5	14,6	13,6

Fonte: IBGE *apud* Cacciamali (2002, p.414).

Se considerarmos apenas o período 1960-1990, observa-se uma contínua elevação na concentração de renda no Brasil. Enquanto os 10% mais ricos ganharam 10,1 pontos de porcentagem na sua participação na renda, os 50% mais pobres perderam 6,2 pontos percentuais.

Já na década de 1990 a renda apropriada pelos 10% mais ricos caiu de 49,7% para 46,9% em 2001, tendo uma redução de 2,8 pontos percentuais, enquanto os 50% mais pobres tiveram sua fração de renda elevada em 3,2 pontos percentuais passando de 11,2% em 1990 para 14,4% em 2001. Segundo Cacciamali (2002) isto ocorreu, entre outros motivos, em consequência da implementação do Plano Real, em meados de 1994, que ao estabilizar o sistema de preços, aumentou o poder de compra e a renda dos estratos mais pobres da população.

Analisando as desigualdades brasileiras a partir do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano - verifica-se que o país é classificado como de desenvolvimento humano médio (Gráfico 1). De acordo com PNUD (2005), em 2005, o indicador atingira o valor de 0,792, ocupando a 63ª posição no ranking mundial de 177 países.



Nota: * valor obtido em PNUD (2005).

Fonte: IPEA (2002).

Gráfico 1 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, 1975-2005.

Segundo Bresser-Pereira (2005, p.1) “[...] esse avanço está ocorrendo devido essencialmente à melhoria dos índices de

educação e de saúde, e não porque a renda por habitante esteja crescendo ou porque a concentração de renda esteja diminuindo [...]”. Pelo contrário “em 1980, a renda média da população mais rica era 10 vezes maior do que a renda média da população brasileira. Atualmente, essa relação é de 14 vezes e de 80 vezes, se comparada aos 20% mais pobres” (MARQUES; MENDES, 2005, p.296).

Apesar do Índice de Desenvolvimento Humano nacional ser médio (0,792 em 2005), o país apresenta grande heterogeneidade entre os estados. Como pode ser visto na Tabela 2, que mostra a classificação dos estados brasileiros segundo o IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - em 2000, desses 27 estados, os 5 primeiros apresentam altos índices de desenvolvimento humano e, os outros 22 um médio desenvolvimento humano, sendo que destes, 17 estão abaixo do valor apresentado pelo Brasil (0,766).

Tabela 2 – Brasil: Classificação dos Estados, segundo o IDH-M (2000).

Unidade da Federação	Valor do IDH-M	Classificação pelo IDH-M	Esperança de vida (anos)	Taxa de alfabetização (%)	PIB(R\$) per capita*
Distrito Federal	0,844	1	70,37	94,32	14.223,00
Santa Catarina	0,822	2	73,69	93,68	7.844,00
São Paulo	0,820	3	71,20	93,37	9.919,00
Rio Grande do Sul	0,814	4	72,13	93,35	8.502,00
Rio de Janeiro	0,807	5	69,42	93,36	9.513,00
Paraná	0,787	6	69,83	90,47	6.846,00
Mato Grosso do Sul	0,778	7	70,09	88,81	5.656,00
Goiás	0,776	8	69,68	88,07	4.276,00
Mato Grosso	0,773	9	69,38	87,64	5.297,00
Minas Gerais	0,773	10	70,55	88,04	5.888,00
Espírito Santo	0,765	11	68,24	88,33	6.880,00
Amapá	0,753	12	67,68	87,98	4.024,00
Roraima	0,746	13	66,48	86,31	3.370,00
Rondônia	0,735	14	66,27	87,03	4.030,00
Pará	0,725	15	68,49	83,23	3.015,00
Amazonas	0,713	16	66,51	84,50	6.625,00
Tocantins	0,710	17	65,24	81,22	2.090,00
Pernambuco	0,705	18	67,32	75,50	3.655,00
Rio Grande do Norte	0,705	19	69,98	74,57	3.119,00
Ceará	0,700	20	67,77	73,46	2.773,00
Acre	0,697	21	66,66	75,51	2.955,00
Bahia	0,688	22	64,53	76,86	3.667,00
Sergipe	0,682	23	64,06	74,84	2.285,00
Paraíba	0,661	24	63,16	70,29	2.670,00
Piauí	0,656	25	64,15	69,49	1.865,00
Alagoas	0,649	26	63,79	66,61	2.471,00
Maranhão	0,636	27	61,74	71,61	1.616,00
Brasil	0,766**	-	67,70***	85,20***	6.430,00

Nota:

* Valores obtidos em IBGE (2005a, p.83-190).

**Valor obtido em IPEA (2006).

*** Valores obtidos em PNUD (2002, p.150).

Fonte: Elaboração própria a partir de PNUD (2003).

Outra observação que pode ser feita é que o IDH geralmente difere da renda *per capita*, uma vez que por essa última classificação o Rio Grande do Sul continuaria sendo o 4º do ranking, Santa Catarina cairia 3 posições, ocupando o 5º lugar, e o Paraná perderia uma posição, passando a ser o 7º da lista.

A Tabela 3 mostra a classificação das regiões brasileiras segundo o IDH-M. Destaca-se a Região Sul, que apresenta o melhor índice, tendo seus estados entres os que estão com melhor IDH-M.

Como pôde ser visto anteriormente, a Região Sul apresenta o melhor índice de desenvolvimento humano do país. O Paraná é o estado que apresentou, em 2000, o menor índice de desenvolvimento dessa região (0,787), porém, esse indicador ainda está acima do valor do Brasil no mesmo ano (0,766), e ocupa a 6ª posição na lista dos estados brasileiros. Situação similar é encontrada ao analisar o PIB *per capita* desse estado (R\$ 6.846,00), uma vez que é o mais baixo da Região Sul e inferior à média dessa região (R\$ 7.664,00). No entanto, o PIB *per capita* do Paraná é superior ao do Brasil (R\$ 6.430,00).

Tabela 3 – Brasil: Classificação das Regiões, segundo IDH-M (2000).

Regiões	Valor do IDH-M
Sul	0.802
Sudeste	0.800
Centro-Oeste	0,784
Norte	0,714
Nordeste	0,672
Brasil	0,766*

Nota: * valor obtido em IPEA (2006).

Fonte: Elaboração própria a partir de IBAM (2004, p.8).

Analisando separadamente apenas o estado do Paraná, encontra-se notável evolução em desenvolvimento humano. Entre 1970 e 1980, o estado deu um salto qualitativo no IDH-M, elevando seu índice de 0,440 para 0,700, passando, portanto, da condição de baixo desenvolvimento humano para a classe de médio

desenvolvimento. De acordo com IPARDES (2003, p.2), esse avanço é “[...] fruto de um processo de crescimento econômico e urbanização, acompanhado de investimentos em infra-estrutura econômica e social [...]”. Nas décadas seguintes as mudanças foram poucas e o índice sofreu pequena elevação: de 0,760 em 1991 para 0,786 em 2000 (IPARDES, 2003, p.2).

A Tabela 4 torna ainda mais evidente o progresso ocorrido, em termos de desenvolvimento, no Paraná entre 1970 e 2000, ao considerar a distribuição da população no estado segundo as classes do IDH-M.

Enquanto em 1970 praticamente 80% da população situava-se em municípios de baixo desenvolvimento humano, em 1980 essa porcentagem cai drasticamente, chegando ao ano 2000 sem nenhum registro de município nessa colocação. Já na classe de desenvolvimento médio superior ocorre o movimento contrário. Em 1970 apenas 8,8% da população paranaense encontrava-se em municípios dessa categoria, porém em 1980 mais da metade da população (53,2%) pertencia a municípios com esse IDH-M e, em 2000 essa população chega a 62,2% (IPARDES, 2003, p.4).

Tabela 4 – Distribuição da população segundo classes de desenvolvimento – Paraná 1970/2000.

Classes de desenvolvimento	Proporção da população			
	1970	1980	1991	2000
<0,300 (baixo inferior)	1,5	0,0	0,0	0,0
>= 0,300 < 0,500 (baixo)	78,6	8,5	2,4	0,0
>= 0,500 < 0,650 (médio)	11,1	38,3	30,5	0,7
>= 0,650 < 0,800 (médio superior)	8,8	53,2	51,5	62,2
>= 0,800 (alto)	0,0	0,0	15,6	37,1

Fonte: PNUD/IPEA/FJP *apud* IPARDES (2003, p.4).

Outro avanço foi na classe de desenvolvimento humano alto, que até nos anos 80 não tinha registros de população em municípios com esse índice, pela inexistência destes. No ano de 1991 mais de 15% da população já se encontrava nessa faixa de desenvolvimento e, no ano 2000 essa população passa dos 37%.

Mesmo com todo esse avanço positivo em desenvolvimento humano, o estado do Paraná encontra-se em uma “[...]” posição extremamente desfavorável [...]” (IPARDES, 2003, p.5), se comparado aos outros estados da Região Sul e São Paulo, já que é o Estado com o menor número de municípios com IDH superior à 0,850 (equivalente à alto desenvolvimento). Além disso, apresenta grande número de municípios com IDH-M inferior ao do Brasil.

De acordo com Lavinhas et al (1997, p.14) “[...] o Sul é a região brasileira mais uniforme e equilibrada, onde os diferenciais de rendimentos entre seus estados são os mais tênues”. Porém, é o Paraná o estado que apresenta a pior colocação na região.

Analisando a Tabela 5, que mostra a distribuição da renda e da população da Região Sul em 2003, nota-se que o estado do Paraná apresenta a segunda maior população dessa região, 38% e, contribui com pouco mais de 34% para a formação do PIB regional (também o segundo colocado), mas a diferença marcante do Paraná para os outros estados encontra-se no PIB *per capita*, que além de ter o mais baixo valor (R\$ 9.891,00), ainda é menor que o registrado pela Região Sul (R\$ 10.998,00), cerca de 10% abaixo.

“A maioria dos municípios do Paraná apresenta renda média da população inferior a 1,5 salário mínimo” (IPARDES, 2003, p.16), o que demonstra uma grande heterogeneidade entre as rendas municipais e, torna ainda mais evidente a concentração de renda no estado.

Tabela 5 – Região Sul: Distribuição estadual da população e da renda - 2003.

Estados	População (%)	PIB (R\$)	PIB (%)	PIB <i>per capita</i> (R\$)	Renda (%)	
					50% + pobres	1% + rico
Paraná	38,0	98.999.740	34,23	9.891	16,7	14,0
Santa Catarina	21,6	62.213.541	21,51	10.949	18,9	9,7
Rio Grande do Sul	40,4	128.039.611	44,27	12.071	17,5	11,8
Sul	15,0*	289.252.892	18,59*	10.998	17,4	12,1
Brasil	100,0	1.556.181.873	100,00	8.694	15,5	12,7

Nota: * em relação ao total do Brasil.

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2005a, p.83-190) e (2005b, p.33, 120).

No Paraná, o 1% mais rico da população detém 14% da renda, cerca de 2 pontos percentuais acima do registrado na Região Sul (12,1%) e, 1,3 acima do Brasil (12,7%). Já os 50% mais pobres apropriam-se de 16,7% da renda total do estado, enquanto na Região, a fração de renda nas mãos desse mesmo percentil da população é de 17,4% , o equivalente a 0,7% a mais.

Mesmo o Paraná sendo o estado com a maior concentração de renda da Região Sul, os 50% mais pobres do estado ainda detém mais renda do que essa mesma classe no Brasil, 16,7% e 15,5% respectivamente (ver Tabela 5). Assim também ocorre com o PIB *per capita*, que independente de ser o mais baixo encontrado na Região Sul, supera o valor do país.

Neste contexto, esta investigação avança no estudo da distribuição de renda na Região Sul e no Paraná, pela análise da decomposição dos rendimentos domiciliares *per capita*.

Materiais e métodos

A partir das informações das PNAD's – Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios de 1981-2003, utilizou-se a técnica da decomposição do rendimento domiciliar *per capita*, através do índice de Gini, no período pós 1980 para a Região Sul e, no pós 1992 para os seus estados, com base nos dados de Ferreira e Souza (2005a) (2005b) (2006)¹. Os componentes do rendimento em decomposição são: trabalho principal, outros trabalhos, aposentadorias e pensões, aluguéis, doações e juros. Fez-se também, uma revisão de literatura sobre as desigualdades brasileiras, para em seguida, explorar quantitativa e graficamente a participação dos componentes do rendimento domiciliar *per capita* na Região Sul, Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Resultados e discussão

A participação dos componentes do rendimento domiciliar *per capita*

Na análise da composição da renda domiciliar *per capita*, observa-se que o trabalho principal foi o componente de maior importância no rendimento total da população em todo o período. Porém, nota-se claramente uma forte tendência de decréscimo

nessa taxa de participação. No Brasil (Tabela 6), essa participação caiu de 82,7% em 1981 para 74,2% em 2002 (8,5 pontos percentuais) e na Região Sul a queda foi ainda maior: de 83% para 73,8% em (9,2 pontos percentuais).

Situação oposta ocorre com as aposentadorias e pensões, componente que representa a segunda maior parcela do rendimento total e que vem aumentando sua participação, especialmente a partir do ano de 1989. No Brasil, a participação percentual desse componente na composição do rendimento domiciliar *per capita* de 1981 para 2002 quase dobrou, passando de 9,5% para 18,7%. Na Região Sul o crescimento foi ainda maior: 109,9%. Já entre 1992 e 2002 a participação percentual das aposentadorias e pensões na composição do rendimento domiciliar *per capita* no Brasil aumentou 31,7%, na Região Sul 51,6%.

Uma das causas da elevação da importância do rendimento aposentadorias e pensões na composição da renda domiciliar *per capita* é a Constituição de 1988. A partir dela houve um significativo aumento na quantidade de benefícios e fixação do piso previdenciário em 1 salário mínimo. Além disso, foi instituída uma idade mínima para a aposentadoria e os benefícios previdenciários foram universalizados a toda população rural (anteriormente, somente o chefe de família tinha direito à aposentadoria).

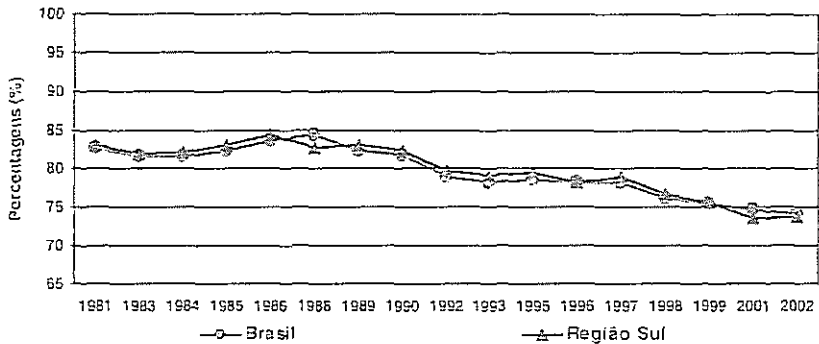
Tabela 6 – Participação percentual dos componentes do rendimento domiciliar *per capita*, Brasil e Região Sul de 1981 a 2002.

Parcelas	Brasil - Participação percentual dos rendimentos															Δ%			
	1981	1983	1984	1985	1986	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999		2001	2002	
Trab. Princ.	82,7	81,5	81,5	82,3	83,7	84,3	82,4	81,7	79	78,3	78,5	78,3	78,2	76,2	75,5	74,7	74,2	-8,5	
Out.Trab.	2,6	3,2	3,2	3,2	3,3	3,2	3,5	3,6	2,9	3,3	3,5	3,4	3,3	3,2	3,0	3,3	3,2	0,6	
Aj.Pensões	9,5	10,3	10,3	10,2	8,8	8,1	9,8	10,7	14,2	14,1	14,2	14,5	15,2	16,7	17,8	18,5	18,7	9,2	
Aluguéis	2,9	2,6	2,3	1,9	2,2	2,0	2,5	2,4	1,3	1,1	2,3	2,4	2,3	2,4	2,3	1,9	1,9	-1,0	
Doações	-	-	-	-	-	-	-	-	0,4	0,4	0,6	0,5	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,4
Juros, etc	2,3	2,4	2,7	2,6	2,0	2,4	2,0	1,6	2,2	2,8	0,9	0,9	0,5	0,8	0,8	0,9	1,3	-1,0	
Parcelas	Região Sul - Participação percentual dos rendimentos															Δ%			
	1981	1983	1984	1985	1986	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999		2001	2002	
Trab. Princ.	83,0	81,9	82,2	83,1	84,4	82,7	83,0	82,3	79,8	79,2	79,5	78,2	79,0	76,7	75,6	73,5	73,8	-9,2	
Out.Trab.	2,8	3,1	3,0	2,9	3,2	3,3	3,9	3,4	3,6	3,0	3,5	3,5	3,3	3,2	3,5	3,5	3,5	0,5	
Aj.Pensões	9,1	9,9	9,6	9,4	8,3	9,4	9,2	10,6	12,6	12,6	13,0	14,2	14,3	16,3	16,8	18,8	19,1	10	
Aluguéis	2,6	2,7	2,2	1,8	2,1	1,9	1,6	2,2	1,4	1,3	2,5	2,4	2,1	2,2	2,5	2,4	2,3	-0,3	
Doações	-	-	-	-	-	-	-	-	0,3	0,3	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,5	0,6	0,3	
Juros, etc	2,4	2,3	3,0	2,8	1,9	2,7	2,2	1,5	2,4	3,6	1,0	1,1	0,8	1,0	1,0	1,2	1,0	-1,4	

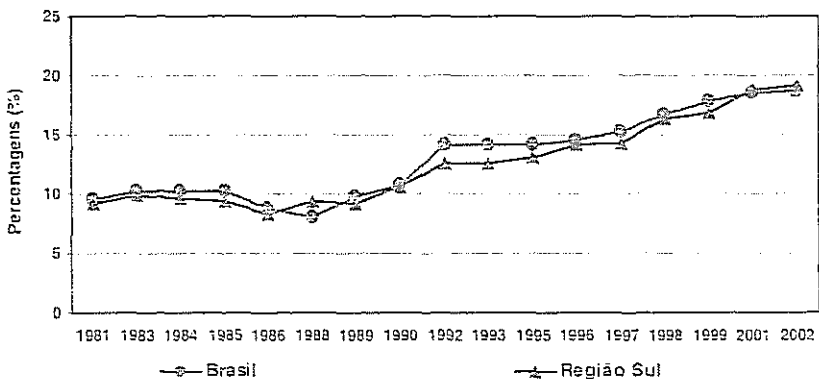
Nota: * variação percentual (acrescida pelos autores) no período de 1981 a 2002 para Brasil e Região Sul.

Fonte: Ferreira e Souza (2005a, p.12-13); (2005b, p.13).

Os gráficos seguintes ilustram a Tabela 6 e apresentam a evolução da participação percentual dos componentes "trabalho principal" e "aposentadorias e pensões" no rendimento domiciliar *per capita* no Brasil e Região Sul, entre 1981 e 2002. Nota-se que a Região Sul seguiu a tendência do país.



Fonte: Elaboração própria a partir de Ferreira e Souza (2005a, p.12-13); (2005b, p.13).
Gráfico 2 - Evolução da participação percentual do componente "trabalho principal" no rendimento domiciliar *per capita*. Brasil e Região Sul, de 1981 a 2002.



Fonte: Elaboração própria a partir de Ferreira e Souza (2005a, p.12-13); (2005b, p.13).
Gráfico 3 - Evolução da participação percentual do componente "aposentadorias e pensões" no rendimento domiciliar *per capita*. Brasil e Região Sul, de 1981 a 2002.

A Tabela 7 apresenta a participação percentual dos rendimentos domiciliares *per capita* dos três estados da Região Sul entre 1992 e 2003. Destaca-se a elevação da participação do componente “aposentadorias e pensões” e, em contrapartida, a queda do rendimento “trabalho principal”, o mesmo comportamento registrado pelo Brasil e Região Sul.

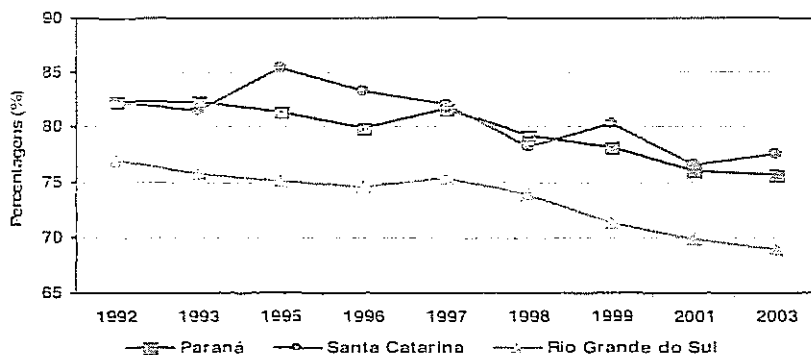
Durante o período analisado, o Rio Grande do Sul foi o estado onde o trabalho principal teve a menor participação na composição do rendimento domiciliar *per capita*, em média 73,5%, seguido pelo Paraná (79,65%) e Santa Catarina (80,78%). Foi também o estado que apresentou maior queda nessa participação, uma vez que o componente trabalho principal correspondia a 77% da renda domiciliar *per capita* em 1992 e passou para 68,9% em 2003, ou seja, uma diminuição de 8,1 pontos percentuais (Gráfico 4).

Tabela 7 – Participação percentual dos componentes do rendimento domiciliar *per capita*, Estados da Região Sul: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul de 1992 a 2003.

Parcelas	Paraná - Participação percentual dos rendimentos									
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2003	Δ% *
Trab. Princ.	82,4	82,3	81,4	79,9	81,7	79,3	78,2	76,0	75,6	-6,8
Out.Trab.	2,8	2,9	3,7	4,2	3,5	3,3	3,6	4,1	3,6	1,0
Ap.Pensões	11,2	10,4	10,7	11,4	11,0	13,2	13,5	15,7	16,0	4,8
Aluguéis	1,6	1,0	2,4	2,7	2,4	2,3	3,1	2,3	2,7	1,1
Doações	0,3	0,3	0,6	0,6	0,5	0,6	0,6	0,5	0,7	0,4
Juros, etc	1,7	3,0	3,2	3,2	0,9	1,3	1,0	1,4	1,2	-0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0
Parcelas	Santa Catarina - Participação percentual dos rendimentos									
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2003	Δ% *
Trab. Princ.	82,2	81,6	85,4	83,2	82,0	78,2	80,3	76,5	77,5	-4,7
Out.Trab.	3,3	2,0	1,6	2,2	1,9	2,6	2,5	1,7	1,7	-0,7
Ap.Pensões	10,0	11,6	10,5	11,9	14,0	15,8	14,7	18,4	17,0	7,0
Aluguéis	0,5	1,1	1,1	1,4	1,4	2,3	1,4	2,4	1,3	0,8
Doações	0,2	0,3	0,3	0,2	0,3	0,4	0,5	0,4	0,6	0,4
Juros, etc	3,6	3,4	0,8	1,0	0,5	0,6	0,6	0,6	0,8	-2,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0
Parcelas	Rio Grande do Sul - Participação percentual dos rendimentos									
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2003	Δ% *
Trab. Princ.	77,0	75,8	75,0	74,5	73,3	73,8	71,3	69,8	68,9	-8,1
Out.Trab.	4,2	3,6	4,1	3,6	3,8	3,4	3,5	3,9	3,6	-0,6
Ap.Pensões	14,7	14,7	16,0	17,7	17,2	19,0	20,5	21,6	23,3	8,6
Aluguéis	1,7	1,6	3,3	2,6	2,2	2,1	2,6	2,5	2,1	0,5
Doações	0,3	0,2	0,5	0,7	0,6	0,7	0,7	0,6	0,6	0,3
Juros, etc	2,2	4,0	1,0	1,0	0,6	0,9	1,2	1,5	1,5	-0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0

Nota: * variação percentual (acrescida pelos autores) no período de 1992 a 2003 para os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
 Fonte: Elaboração própria a partir de Ferreira e Souza (2006).

O componente “aposentadorias e pensões” (Gráfico 5) apresentou um aumento quase que contínuo na sua participação na composição do rendimento domiciliar *per capita* nos estados da Região Sul. Destaca-se o Rio Grande do Sul, onde esse componente teve maior importância, sendo que em 2003 esse valor chegou a 23,3%. Porém foi Santa Catarina o estado da Região Sul onde as aposentadorias e pensões, entre 1992 e 2003, tiveram maior crescimento, aumentando nesse período sua participação na composição da renda domiciliar *per capita* em 70%, passando de 10% em 1992 para 17% em 2003.

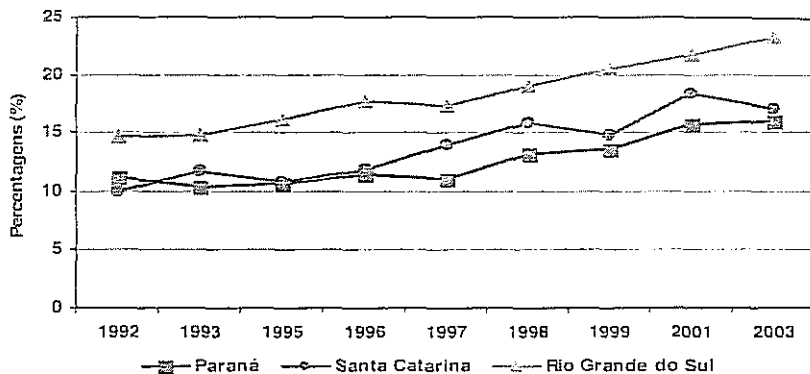


Fonte: Elaboração própria a partir de Ferreira e Souza (2006).

Gráfico 4 – Evolução da participação percentual do componente “trabalho principal” no rendimento domiciliar *per capita*. Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, de 1992 a 2003.

No estado do Paraná, com exceção de 1992, a participação percentual das aposentadorias e pensões no rendimento domiciliar *per capita* é a menor da Região Sul, sendo que o valor médio dessa participação entre 1992 e 2003 é de 12,57%, enquanto para Santa Catarina é de 13,81% e para o Rio Grande do Sul de 18,3%.

É notável o aumento da importância das aposentadorias e pensões na composição do rendimento domiciliar *per capita* nos três estados, mas principalmente no Rio Grande do Sul, uma vez que esse Estado apresentou entre 1992 e 2001, participação percentual do componente “aposentadorias e pensões” acima da registrada no mesmo período para a Região Sul e Brasil.



Fonte: Elaboração própria a partir de Ferreira e Souza (2006).

Gráfico 5 – Evolução da participação percentual do componente “apo sentadoras e pensões” no rendimento domiciliar *per capita*. Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, de 1992 a 2003.

Como pode ser visto, mesmo em volumes diferentes, está havendo um crescimento na participação das aposentadorias e pensões na composição da renda domiciliar *per capita* tanto no Brasil como na Região Sul e em seus estados. Isso tem ocorrido, entre outros fatores, em função da mudança na composição etária do país, e da Constituição de 1988 como exposto anteriormente. O Brasil tem passado por crescente envelhecimento populacional, uma vez que a expectativa de vida do brasileiro está aumentando e, em contrapartida, a taxa de fecundidade decrescendo.

Antes da redução da fecundidade, o Brasil era considerado um país essencialmente jovem: em 1960 mais de 30% de sua população era composta por pessoas com menos de 10 anos e apenas 1,7% dos residentes no Brasil tinham mais de 70 anos. Nos últimos 40 anos, a situação está se modificando: em 2000 só 19,3% tinham menos de 10 anos e 3,8% com mais de 70 anos (CASTOLDI, 2003, p. 19).

Essas mudanças fazem com que as aposentadorias e pensões tenham maior peso na renda do brasileiro. No entanto, a partir da decomposição do índice de Gini verificou-se que no final da década de 90 e início do século XXI, este componente está contribuindo para aumentar a concentração de renda.

A decomposição do rendimento domiciliar *per capita*

Em Ferreira e Souza (2005a) (2005b) (2006), os autores esclarecem que um componente contribuiu para aumentar a concentração de renda quando sua razão de concentração for maior que o índice de Gini. No Brasil, isso ocorreu em 8 dos 17 anos analisados e, na Região Sul, em 10 dos 17 anos (Tabela 8).

Tabela 8 – Razão de concentração na decomposição do índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita*, Brasil e Região Sul de 1981 a 2002.

Parcelas	Brasil – Razão de concentração																
	1981	1983	1984	1985	1986	1985	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
Trab. Princ.	0,399	0,577	0,572	0,542	0,574	0,676	0,620	0,595	0,565	0,549	0,587	0,548	0,531	0,545	0,579	0,541	0,575
Out.Trab.	0,769	0,759	0,793	0,694	0,696	0,747	0,839	0,796	0,734	0,765	0,766	0,784	0,767	0,749	0,745	0,745	0,777
Ap.Pensões	0,509	0,520	0,538	0,507	0,562	0,572	0,613	0,632	0,576	0,579	0,586	0,540	0,535	0,509	0,603	0,603	0,592
Aluguéis	0,778	0,797	0,812	0,642	0,833	0,691	0,882	0,820	0,892	0,784	0,813	0,602	0,796	0,803	0,605	0,797	0,803
Doações	-	-	-	-	-	-	-	-	0,368	0,423	-	0,436	0,349	0,413	0,354	0,395	0,429
Juros, etc	0,757	0,639	0,592	0,395	0,571	0,643	0,673	0,620	0,839	0,858	0,790	0,415	0,760	0,764	0,695	0,539	0,512
Total	0,542	0,594	0,547	0,395	0,586	0,616	0,634	0,612	0,580	0,602	0,749	0,609	0,669	0,598	0,592	0,594	0,547
Parcelas	Região Sul – Razão de concentração																
	1981	1983	1984	1985	1986	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
Trab. Princ.	0,512	0,536	0,537	0,521	0,536	0,557	0,573	0,555	0,522	0,553	0,547	0,541	0,534	0,537	0,539	0,519	0,505
Out.Trab.	0,812	0,796	0,424	0,649	0,646	0,692	0,832	0,798	0,602	0,765	0,733	0,794	0,794	0,790	0,793	0,760	0,747
Ap.Pensões	0,563	0,590	0,575	0,590	0,551	0,574	0,575	0,615	0,541	0,541	0,545	0,525	0,547	0,555	0,568	0,570	0,549
Aluguéis	0,766	0,735	0,743	0,769	0,616	0,749	0,795	0,771	0,752	0,713	0,797	0,765	0,728	0,757	0,691	0,776	0,779
Doações	-	-	-	-	-	-	-	-	0,432	0,493	0,559	0,588	0,552	0,567	0,426	0,445	0,503
Juros, etc	0,208	0,660	0,633	0,666	0,574	0,657	0,663	0,577	0,785	0,846	0,734	0,789	0,739	0,735	0,683	0,623	0,435
Total	0,537	0,559	0,537	0,558	0,552	0,573	0,579	0,609	0,545	0,534	0,561	0,559	0,557	0,555	0,560	0,543	0,517

Fonte: Ferreira e Souza (2005a, p.15); (2005b, p.14-15).

Dentre os estados da Região Sul (Tabela 9), apenas no Paraná o rendimento “aposentadorias e pensões” colaborou durante todos os anos para diminuir a desigualdade na distribuição de renda. Em Santa Catarina nos anos de 1992, 1995, 1996, 1998, 1999 e 2003 a razão de concentração desse componente foi menor que o índice de Gini e, nos anos de 1993, 1997 e 2001 foi maior, assim em 3 dos 9 anos analisados as aposentadorias e pensões contribuíram para aumentar a desigualdade nesse estado.

Já o Rio Grande do Sul foi o que as “aposentadorias e pensões” mais contribuíram para a elevação da desigualdade na distribuição de rendimentos, uma vez que apenas em 1993, 1996 e 1997 esse componente apresentou razão de concentração abaixo do índice de Gini. Além disso, desde de 1998 (até 2003) a razão de concentração das “aposentadorias e pensões” é superior ao índice de Gini total, comportamento este, semelhante ao registrado para a Região Sul.

Tabela 9 – Razão de concentração na decomposição do índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita*, Estados da Região Sul: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul de 1992 a 2003.

Parcelas	Paraná - Razão de concentração									
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2003	
Trab. Princ.	0,531	0,559	0,565	0,557	0,557	0,549	0,560	0,547	0,531	
Out.Trab.	0,776	0,798	0,781	0,817	0,823	0,794	0,831	0,829	0,793	
Ap.Pensões	0,534	0,517	0,522	0,541	0,511	0,542	0,544	0,546	0,510	
Aluguéis	0,750	0,749	0,777	0,771	0,751	0,762	0,822	0,740	0,782	
Doações	0,425	0,390	0,614	0,543	0,471	0,527	0,456	0,408	0,512	
Juros, etc	0,728	0,829	0,803	0,774	0,742	0,828	0,691	0,649	0,481	
Total	0,544	0,572	0,577	0,574	0,568	0,564	0,576	0,563	0,544	
Parcelas	Santa Catarina - Razão de concentração									
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2003	
Trab. Princ.	0,523	0,483	0,532	0,513	0,512	0,506	0,510	0,469	0,467	
Out.Trab.	0,850	0,739	0,694	0,822	0,771	0,753	0,734	0,678	0,735	
Ap.Pensões	0,494	0,536	0,505	0,472	0,560	0,515	0,504	0,550	0,478	
Aluguéis	0,692	0,701	0,733	0,750	0,643	0,775	0,676	0,788	0,682	
Doações	0,803	0,740	0,663	0,592	0,734	0,528	0,481	0,433	0,517	
Juros, etc	0,777	0,790	0,627	0,830	0,733	0,633	0,679	0,554	0,423	
Total	0,543	0,508	0,535	0,522	0,527	0,521	0,518	0,496	0,479	
Parcelas	Rio Grande do Sul - Razão de concentração									
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2003	
Trab. Princ.	0,507	0,530	0,537	0,540	0,534	0,541	0,534	0,519	0,506	
Out.Trab.	0,799	0,739	0,782	0,764	0,756	0,777	0,776	0,782	0,765	
Ap.Pensões	0,537	0,543	0,565	0,559	0,551	0,564	0,590	0,587	0,577	
Aluguéis	0,760	0,685	0,821	0,762	0,736	0,745	0,788	0,802	0,801	
Doações	0,281	0,429	0,483	0,623	0,577	0,604	0,404	0,502	0,529	
Juros, etc	0,621	0,860	0,716	0,764	0,743	0,668	0,674	0,622	0,439	
Total	0,534	0,555	0,562	0,560	0,552	0,560	0,562	0,552	0,537	

Fonte: Elaboração própria a partir de Ferreira e Souza (2006).

O fato das aposentadorias e pensões estarem colaborando para o aumento da disparidade de renda decorre, dentre outras causas, de um histórico previdenciário repleto de iniquidade, onde os critérios e requisitos para concessão dos benefícios permitem que a previdência social reflita as desigualdades de renda existentes no país.

De acordo com Medeiros (2004) as aposentadorias e pensões correspondem a quase um quinto da renda total dos ricos, um fato inusitado

[...] quando se considera que a maior parte das rendas nessa categoria origina-se no sistema previdenciário público, o qual, de acordo com regulamentação constitucional, deveria ter características igualitaristas e, portanto, ser de pouca relevância para os ricos (MEDEIROS, 2004, p. 20).

O gasto social total do Governo Federal brasileiro em 2004 foi estimado em R\$ 280,7 bilhões, o equivalente a 16% do PIB país (BRASIL, 2005, p. 4-6). Desse montante, as aposentadorias e pensões respondem por cerca de 60% e, grande parcela desse gasto “[...] é apropriada por pessoas que se encontram no topo da distribuição de renda do país” (BRASIL, 2005, p.10).

Dessa forma, a elevada desigualdade de renda encontrada no Brasil, está associada à iniquidade na distribuição dos recursos. Se no país, as aposentadorias e pensões fossem distribuídas igualmente entre a população, “[...] a proporção de ricos seria cerca de 22% menor que a atualmente observada” (MEDEIROS, 2004, p. 18).

Conclusão

Na análise da composição da renda domiciliar *per capita*, percebeu-se que o componente “aposentadorias e pensões” teve sua participação elevada durante o período em questão, apresentando ainda forte tendência de aumento. Comparando os estados da Região Sul entre 1992 e 2003, Santa Catarina foi o estado onde a importância das aposentadorias e pensões na composição da renda domiciliar *per capita* teve maior crescimento: 70%, enquanto no Rio Grande do Sul esse aumento foi de 58,5% e no Paraná de 42,9%.

Assim, dentre os estados da Região Sul a participação percentual das aposentadorias e pensões no rendimento domiciliar *per capita* é menor no Paraná, uma vez que o valor médio dessa participação de 1992 a 2003 é 12,57%, enquanto para Santa Catarina é 13,81% e para o Rio Grande do Sul 18,3%.

Por outro lado, outra realidade foi comprovada, a partir da decomposição do índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita*. Mostrou-se que o componente “aposentadorias e pensões” tem contribuído para aumentar a desigualdade de renda no Brasil e Região Sul como um todo, principalmente no fim da década de 1990 e início do século XXI. Já o Paraná foi o único estado onde esse componente colaborou durante todo o período para diminuir a desigualdade na distribuição do rendimento domiciliar *per capita*, o que sugere a necessidade de continuidade desta pesquisa no sentido de buscar os determinantes desse fenômeno.

Referências

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: 2001. 29 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0800.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2006.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Orçamento Social do Governo Federal 2001-2004**. Brasília, 2005. 39 p. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2005/OS200429abr.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **IDH, concentração de renda e desenvolvimento**. São Paulo: 2005. 2 p. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/ver_file.asp?id=1611>. Acesso em: 01 jan. 2006.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. In: PINHO, Diva; VASCONCELLOS, Marco Antônio. **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 406-422.

CASTOLDI, Agenor. O Brasil no início do século XXI. In: _____. **Apontamentos de economia: fundamentos**. Ijuí: 2003. p. 01-22. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/economia/direito1.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

FERREIRA, Carlos Roberto; SOUZA, Solange de Cássia Inforzato de. Os rendimentos das aposentadorias e pensões e a concentração de renda: o caso do Paraná - de 1992 a 2003. In: **Encontro de Economia Paranaense**, 2005, Toledo. Anais...Toledo: ECOPAR, 2005a. p. 12-15.

_____. **Previdência social e concentração de renda no Brasil, Brasil Rural, Região Sul e Região Sul Rural: 1981 a 2002**. Londrina: UEL, 2005b. (mimeo). p. 13-15.

_____. **Dados da decomposição do Índice de Gini da Região Sul: 1992 a 2003**. Londrina: UEL, 2006. (mimeo).

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. **O Índice de desenvolvimento humano dos municípios brasileiros em 2000**. Rio de Janeiro: 2004, 30 p. Disponível em: <www.ibam.org.br/publique/media/esp068p.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais confirma as desigualdades da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 2003, 22 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/12062003indic2002.shtm>>. Acesso em: 01 jan. 2006.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios 1999-2003**. Rio de Janeiro: 2005a, 235 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2003/pibmunic2003.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2006.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais 2004**. Rio de Janeiro: 2005b, 359 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsois2004/indic_sociais2004.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Nota do IPEA sobre o Relatório do Desenvolvimento Humano 2002**. 2002, 4 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/Nota_IPEA2002.doc>. Acesso em: 02 jan. 2006.

_____. Ipeadata. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?514887593>>. Acesso em: 03 abr. 2006.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH 2000: Anotações sobre o desempenho do Paraná**. Curitiba: 2003, 47 p. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/publicacoes/idhm_2000.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2006.

LAVINAS, Lena; GARCIA, Eduardo Henrique; AMARAL, Marcelo Rubens do. **Desigualdades regionais: indicadores socioeconômicos dos anos 90**. Rio de Janeiro: 1997, 47 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1997/td_0460.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2006.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. **Crescimento, desenvolvimento e cidadania. Indicadores econômicos**. Porto Alegre, vol. 33, n.1, p. 294-316, junho, 2005. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/indicadores/rie3301.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2006.

MEDEIROS, Marcelo. **Os ricos e a formulação de políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil**. Brasília: 2003. 25 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0984.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2006.

_____. **As fontes de rendimentos dos ricos no Brasil**. Brasília: 2004. 31 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1014.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2002**. 2002. 288 p. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr2002/RDH%202002%20Portuguese%20one%20big%20file.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2006.

_____. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2003**. 2003. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/dl/unico/AtlasIDH2000.exe>>. Acesso em: 28 mar. 2006.

_____. **Renda cai e Brasil continua em 63º no IDH**. Brasília: 2005. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/pobrezadesigualdade/reportagens/index.php?id01=1445&lay=pde>>. Acesso em: 21 jan. 2006.

ROCHA, Sonia. **Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real**. Rio de Janeiro: 2000. 26 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2000/td_0721.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2006.

Recebido: 05/02/2007

Aprovado: 20/03/2007